

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 70

**MINAS E O TRÁFICO DE ESCRAVOS
NO SÉCULO XIX, OUTRA VEZ**

Roberto Borges Martins

Mai de 1994

Ficha catalográfica

326(815.1) Martins, Roberto Borges.
M386m Minas e o tráfico de escravos no século
1994 XIX, outra vez / Roberto Borges Martins. -
Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR,
1994.
32p. (Texto para discussão ; 70).
1. Escravidão - Minas Gerais. 2. Minas
Gerais - História - 1800-1899. I. Universi-
dade Federal de Minas Gerais. Centro de
Desenvolvimento e Planejamento Regional.
II. Título. III. Série.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANJEJAMENTO REGIONAL

**MINAS E O TRÁFICO DE ESCRAVOS
NO SÉCULO XIX, OUTRA VEZ**

Roberto Borges Martins

Professor do Departamento de Ciências
Econômicas da FACE/UFMG

**CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
1994**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	A POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS EM 1855	8
3	AS IMPORTAÇÕES DE ESCRAVOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO	9
4	DO FIM DO TRÁFICO ATÉ O CENSO DO IMPÉRIO	18
5	A EVOLUÇÃO DA ESCRAVIDÃO NOS MUNICÍPIOS E REGIÕES DE MINAS GERAIS ..	23
6	CONCLUSÕES	32

1 INTRODUÇÃO

Em trabalhos anteriores⁽¹⁾ demonstramos que Minas Gerais manteve uma forte demanda por mão-de-obra cativa ao longo do século XIX e um enorme apego à instituição servil até o momento da abolição.

Os resultados obtidos se chocam frontalmente com a tese, então corrente na historiografia, de que escravos "redundantes" ou "semi-ociosos", remanescentes do ciclo do ouro, tinham constituído um reservatório de trabalhadores que facilitou, ou mesmo viabilizou, a decolagem e a expansão do café no Vale do Paraíba e, mais tarde, no "oeste" paulista.⁽²⁾

Utilizando técnicas análogas ao método dos sobreviventes intercensitários, estimamos que a província importou, em termos líquidos, mais de 400 mil escravos nas sete primeiras décadas do século, situando-se como uma das principais, se não a principal, regiões importadoras do Brasil, bem como um dos maiores destinatários do tráfico atlântico nessa época.

Demonstramos ainda que esse volume de importações - que permitiu a Minas manter um plantel crescente e maior que o de qualquer outra unidade do império, não se explica pela demanda de seu setor cafeeiro e que, pelo contrário, se destinou, em sua maior parte, a outras regiões e outras atividades econômicas da província.

A inexistência de dados confiáveis sobre a população de Minas no meado do século determinou que as estimativas se referissem ao intervalo 1819-1873, não possibilitando a separação dos fluxos ocorridos antes e depois da abolição efetiva do tráfico internacional para o Brasil.

Essa limitação era significativa, pois o fim do tráfico atlântico representou, na história da escravidão brasileira como na de outras sociedades americanas, um importante ponto de inflexão que acarretou, entre outros impactos, mudanças decisivas na dinâmica demográfica e pesadas realocações regionais e setoriais da população escrava.

¹ Veja R.B. Martins. "Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil" (tese de doutorado, Vanderbilt University, 1980); e "Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora", *Estudos Econômicos*, 13:1 (1983); A.V. Martins Filho e R.B. Martins. "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais revisited", *Hispanic American Historical Review*, 63:3 (1983).

² Veja, por exemplo, Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*; Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*; Luis Amaral. *História Geral da Agricultura Brasileira*; e diversos trabalhos de Francisco Iglésias, Herbert Klein, Sérgio Silva, Robert Conrad, Leslie Bethell, e outros.

2 A POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS EM 1855

A construção de uma estimativa detalhada da população mineira em 1855 permite algum avanço com relação à limitação mencionada acima.

Essa estimativa é baseada em centenas de documentos manuscritos inéditos existentes no Arquivo Público Mineiro, gerados por autoridades municipais, paroquiais, e distritais em resposta às tentativas de recenseamento feitas pelo governo provincial nos anos 1854-1857. Subsidiariamente, para preencher lacunas e corroborar resultados, foi utilizado um conjunto semelhante de documentos, referentes a 1861-1862.

Com esse material foi possível reconstituir a população dos 50 municípios existentes em Minas no início de 1855, em muitos casos desagregada até o nível de freguesias ou de distritos de paz. O resultado, resumido por regiões, é apresentado na Tabela 1.

TABELA 1
MINAS GERAIS: POPULAÇÃO EM 1855, POR REGIÕES

REGIÕES(*)	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	ESCRAVOS/ TOTAL (%)
Metalúrgica-Mantiqueira	240.426	24,4	80.934	25,5	25,2
Mata	95.279	9,7	61.502	19,4	39,2
Sul	185.306	18,8	76.085	23,9	29,1
Oeste	100.544	10,2	33.739	10,6	25,1
Triângulo	24.835	2,5	8.804	2,8	26,2
Alto Paranaíba	45.431	4,6	10.486	3,3	18,7
São Francisco-Montes Claros	85.934	8,7	7.815	2,5	8,3
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	177.900	18,1	35.352	11,1	16,6
Paracatu	28.737	2,9	3.043	0,9	9,6
Minas Gerais	984.392	100,0	317.760	100,0	24,4

FONTE: Roberto B. Martins. "A População de Minas Gerais em 1855". Relatório de Pesquisa não publicado.

(*) Veja a Tabela 7 para a listagem dos municípios que compõem cada região.

Os novos dados permitem estimativas e análises mais detalhadas dos movimentos da população escrava de Minas, entre o início do século e o censo do império, que são o objeto do presente estudo.

3 AS IMPORTAÇÕES DE ESCRAVOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO

A metodologia utilizada nas estimativas abaixo é a mesma empregada nos trabalhos anteriores, e tem seu fundamento lógico no fato de que a diferença observada em qualquer população em dois momentos no tempo tem que ser, necessariamente, imputada ao seu crescimento natural e aos movimentos migratórios. Ou seja, uma vez estabelecido o impacto numérico dos nascimentos e das mortes, qualquer diferença que persistir entre a população inicial e a final representa o remanescente das migrações ocorridas no período. Tratando-se, como é o caso em foco, de uma população de escravos, é preciso levar em conta o efeito das alforrias, o qual, do ponto de vista das estimativas, é rigorosamente equivalente ao das mortes e da emigração.⁽³⁾

A taxa de crescimento interno (englobando o efeito do crescimento natural e das alforrias) adotada foi de -13,9 por mil por ano, observada no conjunto da população cativa do Brasil, no período 1819-1854.⁽⁴⁾

³ Veja Martins. "Growing in Silence", apêndice B. A equação básica é $P_t = P_0 (1+r)^t + (T-M) (1+r)^{t/2}$, onde P_t e P_0 são as populações final e inicial, respectivamente, t é a duração do período em anos, r é a taxa de crescimento natural da população escrava, M as alforrias ocorridas no período, e T o saldo migratório líquido no período (o procedimento não permite separar os fluxos de imigração e de emigração). Como não existem dados confiáveis sobre as alforrias na época analisada, r foi redefinido como a taxa de crescimento *interno*, englobando os efeitos dos nascimentos, mortes e manumissões, e o modelo reduzido a $P_t = P_0(1+r)^t + T(1+r)^{t/2}$. Dados exogenamente P_0 , P_t , r e t , a equação acima tem a solução $T = 1/\sqrt{S} (P_t - P_0 \cdot S)$, onde $S = (1+r)^t$.

Escravos não migram voluntariamente e, como as transferências resultantes de migrações dos senhores podem ser consideradas numericamente irrelevantes, T pode ser considerado uma boa aproximação do resultado líquido do tráfico, isto é, das transferências ocorridas através da compra e venda de escravos em cada período. As fugas, embora aparentemente constituam um vazamento da população escrava, não devem nos preocupar, pois, além de certamente insignificantes nessa época, os escravos fugidos eram rotineiramente incluídos nos registros e nas contagens do contingente cativo. Ou seja, podia-se fugir de um dono ou de uma propriedade, mas não da condição de escravo.

Há duas hipóteses implícitas no modelo acima. A primeira é a de que todo o tráfico ocorre no ponto médio do período, ou seja, no momento $t/2$. Outras hipóteses sobre o timing das migrações foram testadas, com impactos insignificantes sobre os resultados. A segunda hipótese é a de que as taxas de crescimento da população existente e do contingente migrante eram idênticas. Como a taxa dos migrantes, pelo menos no período de vigência do tráfico atlântico, era certamente menor (mais negativa) que a dos demais, essa hipótese deprime o valor dos saldos migratórios líquidos.

⁴ Nos cálculos foi utilizada a taxa $r = -0,0138972$, implícita no fato de que os 1.107.389 escravos existentes em 1819 se "transformaram" em 1.663.110 em 1854, tendo sido importados, no período 1819-1852, 1.249.021 africanos, com a hipótese de que as importações ocorreram no ponto médio. A utilização da taxa observada no conjunto do país implica em aceitar que a taxa vigente em Minas (ou em cada província em particular) não diferia significativamente dela.

TABELA 2

**MINAS GERAIS: IMPORTAÇÃO LÍQUIDA DE ESCRAVOS,
1786-1855, POR PERÍODOS**

PERÍODO	POPULAÇÃO INICIAL	POPULAÇÃO FINAL	IMPORTAÇÃO LÍQUIDA	MÉDIA ANUAL	% IMPORTAÇÃO TOTAL DO BRASIL
1786-1808	188.940	148.772	11.549	525	2,3
1808-1819	148.772	168.543	44.278	4.025	12,0
1819-1855	168.543	317.760	277.778	7.716	23,4

FONTES: "População da Província de Minas Geraes". *Revista do Arquivo Público Mineiro* 4 (1899), pp. 294-95; F.J. Oliveira Vianna. "Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil", p. 405; Roberto B. Martins. "A População de Minas Gerais em 1855". Importação Total do Brasil: David Eltis. *Economic Growth and the Ending of the Trans-atlantic Trade*. Tabela A.1. Annual Imports of Slaves into Brazil. 1781-1856. pp. 243-44.

METODOLOGIA: veja texto e notas.

As estimativas indicam que a província importou aproximadamente 320 mil escravos na primeira metade do século XIX, cabendo-lhe uma fatia de cerca de 19 por cento do total do tráfico atlântico para o Brasil entre 1800 e 1852. Elas colocam Minas entre os maiores importadores provinciais nesse período, superando a Bahia, Pernambuco, São Paulo, a Corte e o Rio Grande do Sul, e sendo superado apenas pela província do Rio de Janeiro, que nessa época implantava e expandia rapidamente seu setor cafeeiro, e cuja fatia do tráfico ultrapassou 25 por cento do total importado pelo Brasil.⁽⁵⁾

Com relação ao total do tráfico atlântico no século XIX, a parcela de Minas se situa em torno de 11 por cento, abaixo apenas de Cuba, que recebeu quase 25 por cento desse total, e da província do Rio de Janeiro, que importou cerca de 15 por cento. Vale a pena notar que essas duas últimas regiões continham nessa época os setores exportadores mais dinâmicos da América, excetuando-se apenas a área algodoeira dos Estados Unidos.⁽⁶⁾

A conclusão de que Minas era um grande importador de escravos, e mesmo os resultados quantitativos alcançados, encontram forte respaldo nas evidências e opiniões contemporâneas.

Mais de uma década de pesquisa envolvendo fontes governamentais e privadas, relatos e descrições de viajantes e residentes, jornais e uma grande variedade de documentos manuscritos e impressos, não

⁵ Nossas estimativas indicam que entre 1801 e 1852 o Brasil importou cerca de 1.697 mil africanos, enquanto, entre 1819 e 1854, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Corte e Rio Grande do Sul importaram, respectivamente, 202 mil, 108 mil, 89 mil, 88 mil e 68 mil escravos, aproximadamente. O Rio de Janeiro importou, nesse período, cerca de 304 mil cativos, e provavelmente mais de 450 mil entre 1801 e 1852.

⁶ Veja David Eltis. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade* (New York e Oxford, 1987). p.249.

revelou uma única menção ou indício de exportação de escravos da província, ou da existência de cativos "redundantes", "sub-utilizados", ou "ociosos", na primeira metade do século. Pelo contrário, os mineiros e outros observadores da época foram unânimes em registrar a escassez de escravos, seu alto preço, e as volumosas importações da província.

Assim, por exemplo, todos os visitantes estrangeiros que se referiram ao assunto - em particular Freireyss, Spix e Martius, Saint-Hilaire, Pohl, Debret, Walsh, Holman, Suzannet e Gardner - anotaram, em diferentes momentos e diferentes regiões de Minas, as constantes reclamações sobre a "falta de braços", a importância desse item na pauta das importações mineiras, e foram testemunhas oculares de grandes comboios de escravos "novos" - africanos recém chegados - a caminho do interior da província, antes e depois da ilegalidade do tráfico, no início dos anos trinta.⁽⁷⁾

Os mesmos fatos são atestados pelos extensos e minuciosos relatos de Cunha Matos e de Eschwege, e por jornais da época.⁽⁸⁾

Os cativos importados vinham em sua grande maioria do Rio de Janeiro, e também da Bahia, que era o principal fornecedor da região diamantina e, em menor escala, de São Paulo.⁽⁹⁾

Havia na Corte traficantes de porte especializados na reexportação de africanos para Minas. Seus negócios eram vultosos, altamente lucrativos, e mais seguros que os dos negreiros oceânicos, "porque em terra não se naufraga e não há quem prenda ou queira mal àqueles que nos fazem bem".⁽¹⁰⁾

A distribuição pelo interior era feita por comboieiros, por mascates de escravos e pelos tropeiros, que levavam ao Rio os produtos de Minas e, de torna viagem, traziam negros novos, por encomenda ou por conta própria, às vezes em lotes consideráveis, como mostrou a rica documentação levantada por Lenharo.⁽¹¹⁾

Quem podia eliminar os intermediários ia direto ao mercado da Corte. Foi lá que a St. John d'El Rey Mining Company, de Morro Velho, comprou quase a metade dos quinhentos escravos que adquiriu entre o início de suas operações, em 1830, e a passagem do Brougham Act, em 1843 (a outra metade constituiu-se sobretudo de cativos de outras minerações inglesas falidas na região). De todos os escravos cuja origem era conhecida, adquiridos pela St. John no Rio ou em Minas, 87 por cento eram africanos.⁽¹²⁾

⁷ Veja as citações e as referências em Martins. "Growing in Silence", pp.159-165; e Martins. "Minas Gerais, Século XIX", pp.184-185. A referência a James Holman está em R. Conrad. *Tumbeiros*, pp.135-136.

⁸ Raimundo José da Cunha Matos. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*, p.67, 82; W.L. von Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, diversos lugares; e, por exemplo, *O Universal* (Ouro Preto), 10/4/1835 e 23/9/1831.

⁹ Veja as diversas referências das notas 6 e 7.

¹⁰ Francisco de Paula Ferreira de Rezende. *Minas Recordações*, p.343. Veja também Affonso de E. Taunay. *História do Café no Brasil*, t.II, vol.4, pp.245-249.

¹¹ Alcir Lenharo. *As Tropas da Moderação*, pp.102-112; João Dornas Filho, "Tropas e tropeiros", p.110.

¹² Marshall C. Eakin. *British Enterprise in Brazil*, pp.172-174, 195.

Os políticos mineiros na Corte também se abasteciam nesse mercado: só em 1829 e 1830, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão, o padre José Custódio Dias, o Conde de Linhares e o Conde de Valença enviaram 69 escravos novos do Rio para suas propriedades em Minas.⁽¹³⁾

É interessante observar que, se eram detentores de um estoque de escravos redundantes, os mineiros agiram sistematicamente contra seus próprios interesses, pois se opuseram tenazmente ao tratado abolicionista de 1826 e à lei de 7 de novembro de 1831.

Em janeiro de 1829, antes do tratado entrar em vigor, o Conselho Geral da Província pleiteou seu adiamento por três anos, alegando que "a súbita abolição da importação de escravos" produziria necessariamente "o pasmo dos serviços, principalmente minerais", e seria "fatal a Minas Gerais".⁽¹⁴⁾ Foram também mineiros os políticos que lideraram a luta pela restauração da legalidade do tráfico internacional. O senador Felisberto Caldeira Brant, marquês de Barbacena, foi o autor do projeto apresentado em 1837, que anulava na prática a lei de 1831 e legalizava todas as importações ocorridas em sua vigência. Bernardo Pereira de Vasconcelos combateu, desde o início, o tratado com a Inglaterra, e também apresentou, em 1835, um projeto revogando a lei de 31. O gabinete de 19 de setembro de 1837, que ele liderou, como ministro do Império e da Justiça, foi abertamente a favor do tráfico, e permitiu que ele tivesse grande expansão, apesar de ilegal.⁽¹⁵⁾

Em agosto de 1838, a Câmara Municipal de Barbacena, movida pelo "amor da paz e a glória e prosperidade da pátria", representou à Assembléia Geral, pedindo o restabelecimento do tráfico africano, e no início dos anos quarenta, o "Gabinete da Maioridade", de tendência abolicionista, teve que enfrentar fortes pressões das assembleias provinciais de Minas, do Rio de Janeiro e da Bahia.⁽¹⁶⁾

No tocante às quantidades importadas, as avaliações contemporâneas também são confortavelmente consistentes com as estimativas da Tabela 2.

O naturalista Freyreys registrou em 1815 que, entre 1803 e essa data, a província recebia mais de 4 mil escravos por ano.⁽¹⁷⁾ Eschwege, que viveu no Brasil de 1810 a 1821, avaliou que nessa época Minas importava anualmente 5 a 6 mil cativos. A arrecadação de tributos no registro do Paraibuna, anotada por ele, demonstra que, em 1810, só por esta barreira foram introduzidos cerca de 3.700 negros novos.⁽¹⁸⁾

¹³ Lenharo. *As Tropas*, p.119

¹⁴ Reproduzido em José Pedro Xavier da Veiga. *Ephemérides Mineiras (1664-1897)*, vol.I, pp.103-104. O Conselho Geral era o órgão legislativo da província, antes da criação, pelo Ato Adicional de 1834, das Assembleias Legislativas Provinciais.

¹⁵ Leslie Bethell. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade*, pp.81-84.

¹⁶ *O Universal* (Ouro Preto), 5/8/1838, citado por Xavier da Veiga. *Ephemérides*, vol.III, p.212; Bethell. *The Abolition*, pp.86-87; Joaquim Nabuco. *O Abolicionismo*, pp.117-118.

¹⁷ G.W. Freyreys. Viagem ao Interior do Brasil nos anos de 1814-1815. *RIHGSP* 11 (1906), P.216.

¹⁸ Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, vol.II, p.265; e *Diário de uma Viagem do Rio de Janeiro a Villa Rica, na Capitania de Minas Geraes, no anno de 1811*, p.16.

Em sua *Corografia Histórica*, concluída em 1837, o brigadeiro Cunha Matos afirma que todo ano entravam para Minas "muitos milhares de africanos", enquanto o rendimento dos registros mencionado pelo Conselho Geral permite avaliar em 9 mil o número de escravos importados anualmente pela província no final da década de 20, ao se aproximar a vigoração do tratado de 1826.⁽¹⁹⁾ Isso sugere que em Minas, como em outras partes do Brasil, a iminência da ilegalidade do tráfico gerou um aumento especulativo nas importações de africanos.⁽²⁰⁾

Na maior parte da história da escravidão moderna, as oscilações da demanda por cativos nas diversas regiões guardam uma estreita relação com os booms e crises de seus setores exportadores. Assim ocorreu, em diferentes épocas, com o Nordeste açucareiro, o café no Rio de Janeiro e em São Paulo, a indústria do charque no sul, e o próprio ciclo do ouro no século XVIII, para ficar apenas em alguns exemplos brasileiros.

Na Minas oitocentista não se encontra essa associação: as importações de escravos não se vinculam à evolução de um único produto, setor ou região. Em particular, elas não se explicam apenas pelo desenvolvimento da indústria cafeeira, mas antes pela demanda conjunta de vários setores de uma economia diversificada e que se expandia, embora com oscilações e ritmos diferenciados entre os setores e regiões. A diversidade mineira incluía a mineração de ouro e de diamantes, a agricultura de exportação de diversos produtos, a agricultura e a pecuária comerciais voltadas para os mercados nacional e provincial, a produção de subsistência, algumas manufaturas (em especial o fabrico de ferro e têxteis de algodão), o comércio, os transportes e outros serviços.

A Tabela 2 indica que, nos primeiros anos do século, ainda predominava a profunda crise da mineração colonial, e as importações de escravos foram muito reduzidas. A partir da segunda década houve um aumento vigoroso no volume importado, devido à conjugação de vários fatores de natureza externa e interna.

Entre os primeiros avulta o desaparecimento da demanda de Saint Domingue, dos Estados Unidos e das colônias inglesas, holandesas e dinamarquesas, que, nas três décadas entre 1781 e 1810 tinha representado, respectivamente, 60,4, 46,5 e 43,5 por cento do total de africanos importados pelas Américas.

Com o colapso da economia haitiana e a supressão dos tráficos inglês, norte-americano, holandês e dinamarquês, essa fatia se reduziu subitamente para menos de 2 por cento em 1811-20, criando uma super-oferta e reduzindo significativamente o preço dos escravos nas fontes africanas.⁽²¹⁾ Entre as causas internas está certamente o crescimento da agricultura e da pecuária de alimentos, estimuladas pela expansão

¹⁹ Cunha Matos. *Corografia Histórica*, vol.I, p.298 e vol.II, pp.67 e 82; Xavier da Veiga. *Ephemérides*, vol.I, pp.103-104.

²⁰ Veja Robert Walsh. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, vol.2, pp.321-322 e David Eltis, "The Direction and Fluctuation of the Transatlantic Slave Trade, 1821-1843: A Revision of the 1845 Parliamentary Paper", p.280. Em todo o Brasil as importações de escravos passaram de 181,2 mil em 1821-25, para 250,2 mil em 1826-30. O mercado ficou de tal forma superabastecido que o volume importado caiu para 93,7 mil no quinquênio seguinte. Eltis. *Economic Growth*. pp.243-44.

²¹ Elus. *Economic Growth*. pp.41, 249.

do mercado do Rio de Janeiro após a transferência da Corte portuguesa. Nesse período, de abertura dos portos brasileiros às nações amigas, ocorreu também um nítido surto nas exportações mineiras de algodão em rama, panos de algodão e fumo.⁽²²⁾ E, sem dúvida mais importante ainda como fonte de demanda por escravos foi o aumento da demanda interna da própria província. A população livre teve sua taxa de crescimento triplicada (de 1,5 por cento ao ano em 1786-1808 para 4,5 por cento em 1808-1819), e a população total passou de cerca de 0,5 para 3,5 por cento ao ano no mesmo período. Em 1819 Minas tinha seguramente as maiores populações livre e escrava do país. A demanda dessa população por alimentos e vários outros bens finais era, nessa época e em todo o resto do século XIX,⁽²³⁾ satisfeita pela oferta interna da província, que necessariamente se expandiu, fazendo crescer as demandas por insumos locais e importados, entre estes os escravos, que eram o principal item da pauta de importações.

Nos anos 20, 30 e 40 verifica-se um novo e significativo aumento na média anual importada, que quase dobrou em relação ao período anterior, atingindo cerca de 7.700 escravos/ano. Nessa época (1819-1855) Minas foi o segundo maior importador do país, com uma fatia de 23,4 por cento do total do Brasil, quase igual à do Rio de Janeiro (cerca de 25 por cento), cujo setor cafeeiro passava por sua fase de maior crescimento e se tornava o mais importante núcleo exportador da economia brasileira.⁽²⁴⁾

A população mineira continuou crescendo num ritmo relativamente alto e mais que duplicou no intervalo 1819-1855. Apesar da propalada "decadência urbana" de Minas, várias cidades e vilas - como Campanha, São João del Rei, Barbacena, Diamantina, Ouro Preto e outras - estavam em franca prosperidade e constituíam mercados razoavelmente importantes, que geravam um comércio interno complexo e animado. Além da produção agrícola e pecuária para o mercado interno, a demanda provincial sustentava milhares de engenhos de cana, e manufaturas de ferro e panos de algodão relativamente extensas.

As exportações interprovinciais de gado bovino, suínos e queijos se mantiveram estáveis, no mesmo patamar do final dos anos 10, enquanto as de toucinho, fumo e pano de algodão cresceram nessas décadas. Vale lembrar que esses dois últimos itens eram largamente utilizados como artigos de escambo no tráfico negreiro.⁽²⁵⁾

²² Roberto B. Martins e Maria do Carmo S. Martins. "As Exportações de Minas Gerais no século XIX", *Seminário sobre a Economia Mineira* (Diamantina 1982).

²³ Martins. "Growing in Silence", cap.V.

²⁴ Segundo nossas estimativas seguiram-se a Bahia, com cerca de 17 por cento, Pernambuco, com 9 por cento, e São Paulo e o município da Corte, com cerca de 7 por cento cada. Essas porcentagens foram calculadas sobre o total de 1.188 mil escravos importados pelo Brasil entre 1819 e 1855, estimado por Eltis em *Economic Growth*, pp.243-44.

²⁵ Em 1855 a Câmara Municipal de Cristina oficiou ao presidente da província informando que o comércio do município estava em decadência e apontando, entre outras causas, a "baixa do preço que há três anos sucessivos sofreu o fumo, principal gênero de exportação desse país". No mesmo ano, a Câmara de Curvelo comunicou que "[a indústria] de pano de algodão fabricado no país tem, depois da cessação do tráfico, decaído a ponto de ameaçar a ruína dos fabricantes e comerciantes". Os dois ofícios, dirigidos ao presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, estão no Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, código nº 570.

Nos anos que se seguiram à Independência, a província entrou no seu "segundo ciclo do ouro", com o surgimento da primeira geração de companhias inglesas de mineração. Além disso, pesquisas mais recentes têm indicado que o setor aurífero nacional, embora muito menor que no século XVIII, não havia sido reduzido à farsagem, e manteve, pelo menos até os anos 50, um nível de atividade e de emprego maior do que havíamos suposto nos trabalhos anteriores. No seu conjunto o setor produtor de ouro parece ter mantido, com sua demanda direta por mão-de-obra e, sobretudo, com a compra de insumos em sua área de influência, um emprego de trabalho cativo algo superior ao que anteriormente supúnhamos.⁽²⁶⁾

A partir de 1832, o desmantelamento progressivo do monopólio estatal dos diamantes deflagrou um grande surto de atividade em toda a região diamantina. A produção registrada de pedras deu um salto impressionante, passando da média anual de 14.800 quilates em 1796-1827 para 208.000 quilates em 1828-1849. O boom não se limitou ao antigo distrito diamantino, atingindo outras áreas, como Abaeté, Indaiá, Itacambira, Rio Pardo e Grão Mogol (e mais tarde a região da Bagagem), e durou mais de três décadas. No centro da agitação, a cidade de Diamantina viveu uma época de muito brilho e prosperidade, e seu mercado polarizava a produção de um vasto território.

Finalmente, as décadas de 1830 e 1840 constituem o período formativo do setor cafeeiro de Minas. No início dos anos 20 ele era praticamente inexistente, exportando menos de 300 toneladas/ano. Em 1831-35 as exportações mal ultrapassavam 2.000 toneladas/ano, representando apenas 4,3 por cento do café escoado pelo porto do Rio de Janeiro e em 1852-55 a exportação mineira tinha atingido a média anual de 10.264 toneladas, respondendo por cerca de 7 por cento do café produzido na Zona do Rio. Apesar da expansão ter sido vigorosa, na metade dos anos 50 o setor ainda era muito pequeno, e representou um papel bastante limitado nas importações mineiras de escravos até essa época.

É verdade que a área geográfica que estava se transformando na zona cafeeira (a região constituída pelos territórios de 1855 dos municípios de Leopoldina, Mar de Espanha, Santo Antônio do Paraibuna, Ubá e Pomba)⁽²⁷⁾ teve uma ocupação acelerada entre 1835 e 1855 e recebeu um saldo migratório positivo relativamente grande. Sua população livre triplicou, passando de menos de 27 mil pessoas para cerca de 80 mil. A estimativa apresentada na Tabela 3 indica que, no tocante aos escravos, a importação líquida da região foi também importante, representando quase um terço do total da província.

²⁶ Veja Roberto B. Martins e Octavio Elisio A. de Brito. *História da Mineração no Brasil* (São Paulo, 1989); Eakin. *British Enterprise*; e Douglas Cole Libby. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no Século XIX*. (São Paulo, 1988).

²⁷ A região produtora de café para exportação em Minas não ultrapassou, até a década de 1880, a área constituída pelos territórios de 1855 desses cinco municípios. Na divisão usada neste trabalho essa região coincide com a zona da Mata, exceto o município de Piranga. Com o passar dos anos esse cinco municípios se desdobraram em vários outros. Veja, a respeito, Martins. "Growing in Silence", cap.III. e Martins e Martins. "As Exportações de Minas Gerais no Século XIX".

TABELA 3

**MINAS GERAIS: IMPORTAÇÃO LÍQUIDA DE ESCRAVOS, 1835-1855.
ESTIMATIVA PRELIMINAR^(*)**

REGIÕES	POPULAÇÃO ES CRAVA 1835	POPULAÇÃO ES CRAVA 1855	IMPORTAÇÃO LÍQUIDA	%
Região Cafeeira ^(**)	18.825	54.888	46.766	32,4
Resto da província	235.707	262.872	97.435	67,6
Minas Gerais	254.532	317.760	144.201	100,0

FONTES: População em 1835: dados estimados a partir de Maria do Carmo Salazar Martins. "Revisitando a Província: Comarcas, Termos, Distritos e População de Minas Gerais em 1833-35". População em 1855: Roberto B. Martins. "A População de Minas Gerais em 1855".

(*) A estimativa é preliminar porque a estimativa da população de 1835 é preliminar. A metodologia é a mesma utilizada na Tabela 2.

(**) Para a definição de "região cafeeira" veja a nota nº 25.

Entretanto, não é correto identificar nem o estoque nem as importações de escravos da região cafeeira com a produção de café. Os cinco municípios que a formavam tinham, ao longo de todo o período em foco, uma agricultura diversificada, que exportava seus produtos tanto para o Rio de Janeiro como para o interior. A força de trabalho empregada na produção e transporte do café não passava de 1.600 escravos em 1835 (8,5 por cento do plantel da região cafeeira e 0,6 por cento do total da província), e em 1855 não chegava a 7.000 (12,7 por cento da região cafeeira e 2,2 por cento da província).⁽²⁸⁾

Da mesma forma, apenas uma pequena parcela dos escravos importados pela área cafeeira nesse período pode ser imputada à demanda da lavoura do café, como mostra a Tabela 4, onde são estimados os fluxos de "novos" escravos necessários para o setor, entre 1820 e 1855. As estimativas contemplam tanto a expansão da produção como a reposição do plantel, utilizando as duas hipóteses extremas sobre a vida útil dos escravos na cafeicultura encontradas na literatura contemporânea.⁽²⁹⁾

²⁸ As estimativas de E_t , o estoque de escravos necessários na cafeicultura comercial mineira no ano t , estão em Martins. "Growing in Silence", pp.113-146.

²⁹ O número de *novos* escravos necessários no ano t é dado por $E_t - (v-1/v) E_{t-1}$, onde E_t é a força de trabalho necessária no ano t ; e v é a vida útil do escravo na cafeicultura, em anos. Sobre esse último parâmetro veja Pedro Carvalho de Mello. "Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil na Segunda Metade do Século XIX", p.156.

TABELA 4
MINAS GERAIS: DEMANDA ESTIMADA DE ESCRAVOS PELO SETOR CAFEIEIRO,
1820-1855, POR PERÍODOS

PERÍODO	NOVOS ESCRAVOS NECESSÁRIOS NO PERÍODO			
	NÚMERO		% DA IMPORTAÇÃO MINEIRA NO PERÍODO	
	(A)	(B)	(A)	(B)
1820-1835	1.525	2.430	0,1	0,2
1836-1855	6.338	12.713	4,4	8,8
1820-1855	7.863	15.143	2,8	5,4

FONTES e METODOLOGIA: Veja nota n° 27.

(A) Vida útil dos escravos na cafeicultura estimada em 30 anos.

(B) Vida útil dos escravos na cafeicultura estimada em 7 anos.

A Tabela 3 sugere ainda que a média anual das importações mineiras entre 1835 e 1855 (cerca de 6.800) foi menor que a do período 1819-1834 (cerca de 8.300). Além do período 1835-1855 incluir alguns anos posteriores ao fechamento do tráfico atlântico para o Brasil, essa queda pode ser o reflexo do significativo aumento do preço dos escravos importados, que cresceu cerca de 31 por cento entre a década de 1831-40 e a de 1841-50.⁽³⁰⁾ Sendo assim, e considerando que, como veremos adiante, as importações mineiras não passaram da média de 5.200 cativos por ano entre 1855 e 1873, anote-se que o pico das importações de escravos em Minas Gerais em todos os tempos parece ter ocorrido após o encerramento do "ciclo do ouro" e antes da decolagem do "ciclo do café".⁽³¹⁾

³⁰ Eltús. *Economic Growth*. p.280.

³¹ Em nenhum período do século XVIII a média anual de escravos importados por Minas passou de 6.500. Veja Maurício Goulart. *A Escravidão Africana no Brasil*. pp.165-70.

4 DO FIM DO TRÁFICO ATÉ O CENSO DO IMPÉRIO

Entre as importantes mudanças ocasionadas pelo fim do tráfico internacional, a partir de 1852, destaca-se um sensível aumento no crescimento natural da população escravizada. Sua taxa média de crescimento interno (que engloba a reprodução natural e as alforrias), embora tenha permanecido negativa até o censo, tornou-se bem menos negativa, passando, segundo nossas estimativas, de cerca de -14 por mil por ano em 1819-54 para a vizinhança de -4 por mil em 1854-1872.⁽³²⁾

Essa mudança está perfeitamente alinhada com a experiência de outras populações escravas americanas, cujas taxas vitais apresentaram movimentos semelhantes após o término do tráfico, embora, na maioria dos casos, a transição para uma reprodução auto-sustentada não tenha se completado antes da emancipação final.

No caso do Brasil, o fenômeno não pode ser explicado por mudanças no comportamento dos senhores, do tipo das políticas de *amelioration* adotadas no Caribe britânico. Embora o tema estivesse presente no discurso da época, não há nenhuma evidência séria de melhorias no tratamento dos cativos. De qualquer forma, mesmo que elas tivessem ocorrido, dificilmente poderiam resultar, no prazo em questão, em qualquer impacto mensurável na fecundidade dos escravos.⁽³³⁾

É muito mais provável que a queda no ritmo de declínio natural se deva à mudança na composição da população escrava na qual, com o término das importações, os africanos novos passaram a constituir parcelas progressivamente menores. Como a mortalidade desse segmento era muito maior (a sobremortalidade da migração) que a dos crioulos e dos africanos ladinos, a taxa média da população foi se reduzindo ao longo do tempo.

Além disso, o fim do tráfico, os aumentos no preço dos cativos, e as diferentes situações econômicas das regiões se conjugaram para dar início a um amplo processo de realocação da população escrava, que prosseguiu até os últimos anos do regime.

As linhas gerais desse processo são bem conhecidas: os escravos foram transferidos das cidades e das ocupações urbanas para as áreas rurais, e de várias atividades econômicas para a agricultura de exportação, em especial para a produção do café. Essas realocações envolveram também, é claro, grandes transferências interprovinciais e interregionais de cativos.

³² A taxa interna de crescimento (abrangendo o crescimento natural e as manumissões) consistente com as populações escravas existentes no Brasil em 1854 e 1872 é igual a -3,8825 por mil por ano.

³³ Veja, a respeito, Mello. "Estimativa da Longevidade", esp. pp.162-163.

Dos dados populacionais disponíveis se pode deduzir que, entre 1854 e 1872, pelo menos 200 mil escravos trocaram de província, enquanto cerca de 140 mil mudaram de região, a grande maioria dos quais foi transferida do Norte e do Nordeste para as províncias do Sudeste, excluído o município da Corte.⁽³⁴⁾

TABELA 5
BRASIL: POPULAÇÃO ESCRAVA E IMPORTAÇÕES DE CATIVOS,
POR REGIÕES, 1854-1872

REGIÃO ^(*)	POPULAÇÃO 1854	%	POPULAÇÃO 1872	%	IMPORTAÇÕES LÍQUIDAS 1854-1872
Norte e Nordeste	699.495	42,1	516.804	33,3	-140.211
Sudeste	846.512	50,9	921.280	59,4	+136.720
Sul	95.264	5,7	95.229	6,1	+ 6.635
Centro Oeste	21.839	1,3	17.319	1,2	- 3.152
Brasil	1.663.110	100,0	1.550.632	100,0	- 8 ^(**)

FONTES: Pop. 1854: várias fontes, especialmente F.J. Oliveira Vianna. "Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários"; Pop. 1872: Dados corrigidos do Recenseamento do Império.

(*) *Norte e Nordeste*: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. *Sudeste*: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Corte, São Paulo e Minas Gerais. *Sul*: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. *Centro Oeste*: Goiás e Mato Grosso.

(**) A soma não é zero devido a arredondamentos nas parcelas provinciais.

METODOLOGIA: Veja a nota nº 3.

Várias províncias do Norte e Nordeste, entre elas a Bahia e Pernambuco, que haviam importado grandes contingentes na primeira metade do século, tiveram seus papéis invertidos, tornando-se exportadores líquidos.⁽³⁵⁾ O Sul manteve seu plantel inalterado, com um pequeno saldo importador líquido. O declínio de seu principal setor escravista e as exportações de seus escravos para o "norte" só adquiriram vulto a partir dos anos 70.⁽³⁶⁾

³⁴ Essas estimativas se baseiam na metodologia descrita na nota 3, aplicada às populações escravas das províncias em 1854 e 1872. Usando procedimentos diferentes, Robert Slenes estimou que o Sudeste importou, entre 1850 e 1872, cerca de 110 mil escravos. Veja Slenes. "The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888", pp.136-138.

³⁵ Veja Martins. "Growing in Silence", pp.179-184, para comentários e referências sobre as exportações de escravos e a transição para o trabalho livre no Nordeste nessa época.

³⁶ Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (São Paulo, 1962), esp. pp.207-208.

Na região Sudeste, cujas estimativas são apresentadas na Tabela 6, todas as unidades foram pesados importadores, à exceção do Município Neutro, que exportou nesse período quase a metade de seu estoque inicial de cativos.

TABELA 6
REGIÃO SUDESTE: POPULAÇÃO ESCRAVA E IMPORTAÇÕES DE CATIVOS,
POR PROVÍNCIAS, 1854-1872

PROVÍNCIAS	POPULAÇÃO 1854	POPULAÇÃO 1872	IMPORTAÇÃO LÍQUIDA 1854-72 (T)	ITI COMO % DA POPULAÇÃO DE 1854
Espírito Santo	12.269	22.659	+ 11.620	94,7
Corte	102.899	48.939	- 48.676	47,3
Rio de Janeiro	295.853	306.425	+ 31.670	10,7
São Paulo	117.731	156.612	+ 48.512	41,2
Minas Gerais	317.760	386.645	+ 93.594	29,4
Sudeste	846.512	921.280	+ 136.720	16,1

FONTES E METODOLOGIA: As mesmas da Tabela 5.

No Rio de Janeiro as exportações de café ficaram estagnadas, oscilando entre 6 e 8 milhões de arrobas/ano, nas duas décadas que se seguiram ao fim do tráfico de africanos. Mesmo assim apenas para repor sua força de trabalho, o setor cafeeiro precisou absorver um mínimo de 60 mil novos escravos.⁽³⁷⁾ Essa estimativa confirma a tese de que, além das importações de outras províncias (e certamente da capital do império), uma grande parte desse contingente foi recrutada em fontes intra-provinciais, através da drenagem da escravaria de outros setores, particularmente da "pequena lavoura", como demonstraram, na época, Sebastião Ferreira Soares e, recentemente, vários outros autores.⁽³⁸⁾

O mesmo parece ter ocorrido, de forma menos drástica *nesse período*, em São Paulo. A demanda por mão-de-obra escrava do conjunto de seu setor cafeeiro (a seção paulista do "Vale", que permaneceu estagnada em torno de 1,2 milhões de arrobas/ano, mais as novas áreas do "oeste", que quase quadruplicaram suas exportações) se situou entre 27 mil e 80 mil indivíduos (dependendo da hipótese

³⁷ Estimativa baseada, com $v = 30$, na metodologia descrita na nota 27 e dados em "Growing in Silence", cap.III.

³⁸ Sebastião Ferreira Soares. *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil* [1860]; Stanley J. Stein. *Vassouras. A Brazilian Coffee County, 1850-1890*; Ismênia Lima Martins. "Problemas da Extinção do Tráfico Africano na Província do Rio de Janeiro"; Hebe Maria Mattos de Castro. "Beyond Masters and Slaves: Subsistence Agriculture as a Survival Strategy in Brazil during the Second Half of the Nineteenth Century".

adotada sobre a vida útil dos escravos) e provavelmente superou as importações interprovinciais, configurando, como no Rio de Janeiro, uma situação de pressão sobre os demais setores da economia.⁽³⁹⁾

O maior importador desse período foi, por larga margem, a província de Minas Gerais, que recebeu 46,5 por cento de todas as transferências interprovinciais líquidas.⁽⁴⁰⁾

A ênfase que alguns pesquisadores coloraram, talvez pela maior disponibilidade de registros, no fluxo marítimo de escravos do Norte com destino ao porto do Rio de Janeiro, pode resultar na impressão de que a massa dos cativos transferidos se dirigia para aquela província.

É óbvio, entretanto, que, nessa fase, como no tempo do tráfico atlântico, o Rio de Janeiro era também o porto marítimo de Minas Gerais, e que uma grande parte - aparentemente a maior - dessa carga humana se destinava, de fato, à província mediterrânea.

Havia além disso um outro fluxo, terrestre, do Nordeste para Minas, de quantificação difícil, mas provavelmente importante, a julgar pelas freqüentes menções e descrições contemporâneas.⁽⁴¹⁾

Um fazendeiro de Carangola, por exemplo, registrou em suas cartas as visitas do traficante pedestre: "Vinha geralmente das províncias do norte com sua tropa de infelizes ... que ele tentava vender ao longo de todo o seu caminho. A caravana percorria assim centenas de quilômetros até que a mercadoria fosse vendida. O mercador voltava então para o norte a fim de se reabastecer...".⁽⁴²⁾

Nessa época, embora o café já desempenhe um papel mais importante, não é possível atribuir a ele, ou mesmo ao conjunto das exportações provinciais, mais do que uma fatia relativamente modesta das importações de escravos.

Nas duas décadas após o fim do tráfico a produção cafeeira de Minas teve um crescimento acelerado, rivalizando em ritmo e em volume com o Oeste paulista. Na verdade, entre 1852 e 1870 as exportações de café mineiro triplicaram, crescendo a taxas mais altas que as de qualquer outra área do país. Ainda assim, sua demanda por novos escravos, entre 1855 e 1873, situou-se entre 16 e 37 mil indivíduos, que representariam entre 17 e 39 por cento do saldo importador da província, com a fatia mais provável situando-se em torno de 30 por cento. As exportações de outros produtos permaneceram estagnadas durante a maior parte dos anos 50 e 60, apesar da ocorrência de um pequeno boom algodoeiro, estimulado pelo colapso da oferta norte-americana. A partir de 1867-68 a série apresenta algum crescimento, liderado pela expansão das vendas de fumo, gado bovino e queijos. No seu conjunto as exportações mineiras não-café

³⁹ Veja a nota 37, anterior; e Warren Dean. *Rio Claro. A Brazilian Plantation System, 1820-1920*.

⁴⁰ Esse resultado constitui a principal revisão das nossas conclusões anteriores, expostas em "Growing in Silence" e "Minas Gerais, Século XIX", quando, à luz dos dados então disponíveis, acreditávamos que Minas Gerais tivera pequeno envolvimento no tráfico interprovincial entre o fim do tráfico e o censo, e que os principais importadores nesse período haviam sido o Rio de Janeiro e São Paulo.

⁴¹ Veja, a respeito, Robert E. Conrad. *Tumbeiros*, pp.187 e segs.; e Robert E. Conrad (ed.). *Children of God's Fire. A Documentary History of Black Slavery in Brazil* (Princeton, 1983).

⁴² Françoise Massa. *Alexandre Brethel, pharmacien et planteur français au Carangola. Recherche sur sa correspondance brésilienne, 1862-1901* (Paris, 1977), cit. por Frédéric Mauro. *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II*, p.99.

passaram, em termos reais, do índice 100,0 em 1854-59 para 100,1 em 1860-67, e 127,2 em 1868-73. Apesar do crescimento no final do período, essas exportações tinham um peso muito pequeno no produto regional, e não se pode imputar a elas nenhum papel preponderante na demanda por escravos.⁽⁴³⁾

A mineração de ouro teve sua importância reduzida como empregador de escravos. Tanto o segmento nacional como as companhias inglesas continuaram empregando cativos direta e indiretamente mas, embora a produção média anual tenha crescido cerca de 30 por cento em 1860-84 com relação a 1820-60, a demanda total por trabalho do setor declinou, em virtude da crescente utilização de tecnologia poupadora de mão-de-obra.

Na mineração de diamantes o nível de atividade continuou alto, não só no antigo distrito diamantino como nas novas áreas, em especial na região da Bagagem, no Alto Paranaíba, onde importantes descobertas no início dos anos 50 deflagraram uma corrida de proporções consideráveis. Na década de 60 as jazidas já davam sinais de esgotamento e o setor foi duramente atingido, a partir de 1867, pela descoberta dos imensos depósitos da África do Sul, que abarrotaram o mercado mundial, deslocando a produção brasileira para uma posição inframarginal.⁽⁴⁴⁾

Nesse terceiro quartel do século a demanda interna da província seguramente continuou a representar o principal papel na geração da demanda por trabalho escravo. A população total de Minas cresceu à taxa de 2,8 por cento ao ano entre 1855 e 1873, ultrapassando no censo a cifra de dois milhões de habitantes, que representavam mais de um quinto da população do Império. A província continuou sendo ao longo desse período (e pelo menos até os anos 90) inteiramente auto-suficiente na produção de alimentos e de vários outros bens. Seu mercado interno continuou sustentando uma produção de panos de algodão bastante grande e uma indústria de artefatos de ferro com mais de uma centena de fundições amplamente baseadas no trabalho escravo.

⁴³ Martins. "Growing in Silence", cap.V; Martins Filho e Martins. "Slavery in a Nonexport Economy"; e Martins e Martins Filho. "Slavery in a Nonexport Economy: A Reply".

⁴⁴ Martins e Brito. *História da Mineração*. Veja também Ayres da Mata Machado Filho. *Arraial do Tejuco, Cidade de Diamantina*.

5 A EVOLUÇÃO DA ESCRAVIDÃO NOS MUNICÍPIOS E REGIÕES DE MINAS GERAIS

Como já foi observado anteriormente, a metodologia utilizada nas estimativas do tráfico produz apenas os saldos migratórios líquidos, não permitindo a discriminação dos fluxos de imigração e emigração.

Contudo, podemos estar seguros de que nesse período o fluxo bruto de importações foi maior que o saldo líquido, porque, a partir do meado dos anos 50, temos pela primeira vez indicações claras da exportação de escravos mineiros para outras províncias.

Nas respostas aos inquéritos do governo provincial em 1854 e 1855, quase todos os municípios acusam a escassez de braços gerada pelo fim do tráfico e *cinco* deles (de um total de 50) afirmaram estar perdendo trabalhadores cativos.

As autoridades de *Caeté* informaram que "parte [dos escravos] tem saído para outras províncias", e as de *Januária* comunicaram que o município "[exportava] anualmente trinta cativos". De *Paracatu* veio a notícia de que "a escravatura sofre grande diminuição pelo alto preço que dão aos escravos na Mata do Rio de Janeiro". Um mapa do comércio de *Pitangui* sugere uma exportação líquida de 40 a 50 cativos por ano em 1852, 1853 e 1854, e *São João del Rei* informou que havia "emigração de fazendeiros" e "venda de escravos para a província do Rio de Janeiro". Além desses municípios, o distrito de Santana dos Ferros, em Itabira, comunicou que os escravos "tem saído" para o Rio de Janeiro.⁽⁴⁵⁾

Em seu conhecido livro de 1860, Sebastião Ferreira Soares afirma que, entre 1852 e 1859, cerca de 305 escravos foram levados por ano de Minas e do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro.⁽⁴⁶⁾ Em 1867 disseram a Richard Burton, em São João del Rei, que os escravos estavam "em rápido declínio", tendo sido "em sua maioria vendidos aos distritos agrícolas do Rio de Janeiro". Em Diamantina soube que os "cativos tinham sido exportados para as províncias cafeeiras" e que os mineiros esperavam ansiosos pela anunciada chegada de Confederados americanos, que poderiam absorver seus "inúteis" escravos. De Januária, Burton escreveu que "de algum tempo para cá os servos vinham sendo vendidos para o Rio de Janeiro".⁽⁴⁷⁾

A partir da segunda metade dos anos 60 encontramos notícias de que escravos mineiros estavam sendo alugados ou transferidos para as áreas cafeeiras de São Paulo.

Em sua visita de prospecção para a imigração confederada, em 1865, J. McFaden Gaston foi informado que turmas de escravos de Minas, de "fazendas de café que tinham deixado de ser lucrativas", podiam ser contratados para as derrubadas e para o plantio de cafezais. O relatório Carvalho de Moraes, de 1870, também afirma que muitos "empreiteiros de formação" eram mineiros que haviam migrado com seus escravos. Nessa mesma linha, Warren Dean localizou, em Rio Claro, contratos para o plantio de mais

⁴⁵ Documentos manuscritos do Arquivo Público Mineiro, especialmente nos códices n^{os} 570, 609, 610, 654 e 657 da Seção Provincial.

⁴⁶ Ferreira Soares. *Notas Estatísticas*, p.135.

⁴⁷ Richard F. Burton. *Explorations of the Highlands of the Brazil* (Londres, 1869), vol.I, pp.114-115, vol.II, pp.104 e 260.

de um milhão de pés de café, por empreiteiros que trouxeram, entre 1864 e 1878, cerca de 332 escravos para o município, dos quais pelo menos parte vinha de Minas Gerais.⁽⁴⁸⁾

No censo do império, os registros do local de nascimento da população recenseada, embora claramente deficientes, mostram que alguns milhares de escravos nascidos em Minas viviam em outras províncias, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.⁽⁴⁹⁾

Essas informações, juntamente com as estimativas apresentadas acima, sugerem que nesse período o padrão do tráfico mineiro (e o das outras províncias também) era mais complexo do que um simples fluxo unidirecional das províncias exportadoras para as importadoras. Com toda a certeza as províncias trocaram mais escravos entre si do que os resultados líquidos nos levariam a crer.

No caso mineiro, esse padrão pode ser melhor compreendido examinando-se as estimativas do tráfico desagregadas ao nível dos municípios e das regiões, apresentadas nas Tabelas 7 e 8.

A metodologia utilizada é a mesma descrita na nota 3, e a taxa de crescimento interno adotada é $r = -3,88$ por mil por ano, observada no conjunto da população escrava brasileira no mesmo período. As unidades territoriais foram mantidas constantes, com a população de cada uma das 370 freguesias existentes em 1º de agosto de 1873 sendo alocada ao município ao qual seu território pertencia no início de 1855.

Esse é um cuidado essencial, cuja negligência pode conduzir a erros consideráveis, pois a divisão administrativa de Minas sofreu grandes mudanças no período, com o número de municípios passando de 50 para 72. Assim, por exemplo, a população de Caldas em 1855 não pode ser comparada apenas com a de Caldas em 1873, mas sim com a do aglomerado (Caldas 1873 + Cabo Verde 1873 + parte de Alfenas 1873). Da mesma forma, o território de Mariana 1855 é igual ao de Mariana 1873 mais Ponte Nova 1873 mais parte de Santa Rita do Turvo 1873; Sabará 1855 corresponde a Sabará 1873 mais Santa Luzia 1873 mais parte de Sete Lagoas 1873; e assim por diante. Erros desse tipo têm conduzido a algumas conclusões equivocadas, especialmente no que diz respeito ao suposto "esvaziamento" da escravidão nas antigas áreas mineradoras.

⁴⁸ J. McFaden Gaston. *Hunting a Home in Brazil* (Filadélfia, 1867), pp.125 e 193; João Pedro Carvalho de Moraes. *Relatório apresentado ao Ministério de Agricultura, Commercio e Obras Públicas* (Rio, 1870); Dean. *Rio Claro*, pp.35, 55 e 205.

⁴⁹ Veja "Growing in Silence", pp.191-199.

TABELA 7

MINAS GERAIS: IMPORTAÇÕES DE ESCRAVOS PELOS MUNICÍPIOS E REGIÕES, 1855-1873

MUNICÍPIOS E REGIÕES(*)	T (IMPORTAÇÕES LÍQUIDAS)	T'	T''	r* (x 1.000)	P ₀ /P ₀ *
Barbacena	5.528	4.864	6.201	30	0.55
Bonfim	1.199	820	1.582	8	0.80
Caeté	498	233	764	3	0.88
Conceição	729	349	1.111	4	0.87
Itabira	1.229	651	1.812	4	0.86
Mariana	8.700	7.684	9.731	31	0.54
Ouro Preto	1.463	1.107	1.822	12	0.75
Queluz	6.221	5.520	6.932	32	0.53
Sabará	4.371	3.345	5.407	13	0.74
Santa Bárbara	1.117	766	1.473	9	0.80
São João del Rei	1.109	599	1.623	5	0.86
São José del Rei	- 249	- 591	94	-7	1.05
METALÚRGICA-MANTIQUEIRA	31.915	25.347	38.552	15	0.71
Sto. Antônio do Paraibuna	9.140	7.715	10.583	22	0.63
Leopoldina	10.661	9.550	11.789	35	0.50
Ubá	6.562	5.592	7.542	23	0.61
Mar de Espanha	6.051	5.103	7.011	21	0.64
Piranga	151	- 301	606	-3	0.98
Pomba	1.947	1.507	2.392	14	0.73
MATA	34.512	29.166	39.923	22	0.63
Aiuruoca	-1.702	-2.285	-1.117	-15	1.23
Baependi	-2.962	-3.730	-2.195	-19	1.31
Cristina	440	167	714	2	0.89
Caldas	2.236	1.824	2.652	18	0.68
Campanha	-2.185	-2.854	-1.517	-17	1.26
Pouso Alegre	7.054	6.472	7.647	47	0.41
Itajubá	851	555	1.149	7	0.82
Jaguari	- 952	-1.087	- 817	-31	1.66
Lavras	2.148	1.689	2.612	15	0.72
Passos	- 356	- 701	- 12	- 8	1.07
Três Pontas	3.983	3.424	4.550	25	0.60
Jacui	1.065	669	1.463	7	0.83
SUL	9.620	4.143	15.129	3	0.88

MUNICÍPIOS E REGIÕES ^(*)	T (IMPORTAÇÕES LÍQUIDAS)	T'	T''	r * (x 1.000)	P ₀ /P ₀ *
Formiga	- 437	- 747	- 128	- 9	1,10
Dores do Indaiá	784	619	951	15	0,72
Oliveira	2.160	1.394	2.933	7	0,82
Pitangui	-1.634	-2.170	-1.097	-16	1,24
Pium-i	2.230	2.018	2.445	40	0,46
Tamanduá	696	273	1.122	3	0,89
OESTE	3.799	1.387	6.226	2	0,89
Uberaba	- 252	- 838	338	- 6	1,03
TRIÂNGULO	- 252	- 838	338	- 6	1,03
Araxá	1.099	821	1.378	12	0,76
Patrocínio	6.852	6.259	7.455	45	0,43
Desemboque	1.067	917	1.217	25	0,60
ALTO PARANAÍBA	9.018	7.997	10.050	32	0,53
Curvelo	383	164	603	3	0,88
Januária	- 679	- 785	- 575	-30	1,59
Montes Claros	3.717	3.424	4.015	50	0,39
São Romão	- 178	- 201	- 154	-33	1,73
SÃO FRANCISCO-MONTES CLAROS	3.243	2.602	3.889	16	0,70
Diamantina	-1.913	-2.509	-1.316	-16	1,25
Grão Mogol	- 261	- 456	- 64	- 9	1,10
Minas Novas	280	- 406	969	- 2	0,97
Rio Pardo	4.513	4.187	4.847	55	0,35
Serro	- 677	-1.330	- 23	- 8	1,08
JEQUITINHONHA-MUCURI-DOCE	1.942	- 514	4.413	- 1	0,95
Paracatu	- 206	- 405	- 8	- 8	1,08
PARACATU	- 206	- 405	- 8	- 8	1,08
MINAS GERAIS	93.591 ^(**)	68.885	118.512	11	0,77

FONTES: Pop. 1855: Roberto B. Martins. "A População de Minas Gerais em 1855"; Pop. 1873: Dados corrigidos do recenseamento do império. Em Minas esse censo foi realizado em 1º de agosto de 1873.

^(*) No início de 1855 Minas Gerais tinha 50 municípios e em 1873 tinha 72 municípios. A população das paróquias de 1873 foi alocada aos municípios a que os territórios pertenciam em 1855.

^(**) A diferença com o número da Tabela 6 se deve aos arredondamentos das parcelas municipais.

A Tabela 8 apresenta as estimativas do tráfico agrupadas segundo as regiões geográficas, junto com informações adicionais sobre a distribuição regional da população escrava.

TABELA 8

**MINAS GERAIS: POPULAÇÃO ESCRAVA E IMPORTAÇÃO DE CATIVOS,
POR REGIÕES, 1855-1873**

REGIÕES	POPULAÇÃO 1855	%	POPULAÇÃO 1873	%	IMPORTAÇÃO LÍQUIDA	MUNICÍPIOS IMPORTA- DORES	MUNICÍPIOS EXPORTA- DORES
Metalúrgica-Mantiqueira	80.934	25,5	106.281	27,5	31.915	11	1
Mata	61.502	19,3	90.668	23,4	34.512	6	0
Sul	76.085	23,9	80.228	20,7	9.620	7	5
Oeste	33.739	10,6	35.126	9,0	3.799	4	2
Triângulo	8.804	2,8	7.966	2,1	- 252	0	1
Alto Paranaíba	10.486	3,3	18.483	4,8	9.018	3	0
São Francisco-Montes Claros	7.815	2,5	10.417	2,7	3.243	2	2
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	35.352	11,1	34.838	9,1	1.942	2	3
Paracatu	3.043	1,0	2.638	0,7	- 206	0	1
MINAS GERAIS	317.760	100,0	386.645	100,0	93.591	35	15

FONTES: As mesmas da Tabela 7.

Antes de analisar esses resultados, é interessante discutir sua confiabilidade. É óbvio que os números obtidos dependem crucialmente de três parâmetros: as populações inicial e final (P_0 e P_1), e a taxa de crescimento interno (r).

Para balizar o impacto de r sobre as estimativas, calculamos a coluna T' (na Tabela 7), que fornece os saldos migratórios líquidos na hipótese $r = 0$ (o que significaria um crescimento natural moderadamente positivo, uma vez que a taxa de manumissão era certamente moderadamente positiva), e a coluna T'' , que apresenta os saldos líquidos na hipótese $r = -7,76$ por mil (que significaria um declínio anual duas vezes maior que a taxa adotada).

As colunas T' e T'' permitem concluir imediatamente que variações de até 100 por cento, nas duas direções, em torno da taxa nacional (variações no intervalo de 0 a $-7,76$ por mil por ano) afetariam os sinais das estimativas de, *no máximo*, quatro municípios. Na verdade, como mostra a coluna r^* (o valor crítico de r , que resulta em $T=0$),⁵⁰ os sinais dos saldos líquidos municipais resistiriam, na sua maioria, a variações bem maiores que essas. Ou seja, mesmo variações relativamente grandes entre as condições demográficas dos municípios, ou divergências relativamente grandes entre a taxa "verdadeira" de um

⁵⁰ Os valores de r^* foram multiplicados por mil e arredondados para o inteiro mais próximo.

município e a taxa usada na estimativa, teriam impactos limitados nas quantidades líquidas estimadas, e dificilmente inverteriam o sentido do tráfico líquido dos municípios.

Além disso, as balizas T' e T'' demonstram que, mesmo que as taxas dos municípios estivessem *todas* subestimadas ou *todas* superestimadas em 100 por cento, o saldo migratório líquido da província só variaria entre +68.885 e +118.512, e ela continuaria a ser, por larga margem, o maior importador nesse período. Minas Gerais só não teria sido um importador líquido nessa época se sua população escrava estivesse crescendo a uma taxa algo superior a 11 por mil por ano, dado que havia alforrias e não havia escravização de pessoas livres.

As populações dos municípios em 1873 resultam do censo do império e são os melhores dados demográficos disponíveis para todo o século XIX, mas as populações de 1855 foram compiladas a partir de informações municipais bem menos precisas. A coluna P_0/P_0^* mostra a distância existente entre a população adotada na estimativa (P_0) e o valor crítico da população inicial (P_0^*), ou seja, aquele que resultaria em $T=0$, mantidos os valores de r e P_t . Esses números indicam que variações de até dez pontos percentuais, nos dois sentidos, em P_0 , afetariam, *no máximo*, os sinais de oito municípios e que, na maioria dos casos, seriam necessárias variações bem superiores para inverter o sentido do fluxo. A província como um todo só não teria sido um importador líquido (mantidos r e P_t) se sua população escrava em 1855 tivesse ultrapassado 414.689 indivíduos, ou seja, se nossa estimativa estiver errada em 30 por cento.

O exame das Tabelas 7 e 8 mostra, de imediato, que não houve nenhuma redistribuição significativa da população escrava entre as regiões nesse período. O maior ganho relativo ocorreu na Mata e a maior perda relativa aconteceu no Sul, mas as variações das fatias regionais foram pequenas. Na maioria das regiões o contingente escravo aumentou em termos absolutos, e nas três em que a população diminuiu a queda foi muito pequena, ou seja, os ganhos das regiões que ganharam cativos não ocorreram às custas das regiões que os perderam, mas, quase exclusivamente, através de importações de fora da província.

Todos os municípios da Mata, do Alto Paranaíba e mesmo, como veremos abaixo, da Metalúrgica-Mantiqueira, foram importadores líquidos, e os exportadores líquidos se concentraram nas regiões Sul e Jequitinhonha-Mucuri-Doce.

A região Metalúrgica-Mantiqueira, que abrigava a maior parte das antigas áreas mineradoras - ditas decadentes e, portanto, exportadoras de escravos - teve uma importação líquida de 31.915 indivíduos, equivalentes a quase 40 por cento de sua população inicial, e a 34 por cento do total importado pela província. Onze de seus doze municípios seguramente tiveram saldos migratórios positivos, e três deles figuram entre os dez maiores importadores. Mesmo o município de São José del Rei, que aparece com sinal negativo nas estimativas, pode não ter sido um exportador líquido. Seu contingente escravo de 1873 não inclui a população do distrito da Capela Nova do Desterro, que pertencia a São José em 1855, mas foi transferido para a paróquia de Nossa Senhora da Piedade das Gerais, município de Bonfim, por volta de 1860. Capela Nova tinha 265 escravos em 1861 e não aparece discriminado no censo por se tratar de um distrito.

Nenhum dos três lugares mencionados em 1855 como exportadores de cativos aparece como tal nas nossas estimativas. Caeté dificilmente perdeu escravos no período em foco, pois seu plantel cresceu continuamente até o censo, passando de 3.661 em 1855, para 3.685 em 56, 3.777 em 61, e 3.894 em 1873. O distrito de Santana dos Ferros, em Itabira, aparentemente exportou escravos nos anos 50 (o plantel caiu de 1.166 em 1855 para 881 em 1857), mas os recuperou em seguida, tornando-se um importador líquido, pois sua população cativa atingiu 1.288 indivíduos no censo.

E, finalmente, São João del Rei, cujas autoridades apontavam a decadência da agricultura em 1856, pode ter perdido escravos nos anos 50 e no início da década seguinte (seus escravos diminuíam de 6.985 em 56 para 6.220 em 1861), mas em 1873 tinha 7.584 cativos e seguramente foi um importador líquido no período. Essas últimas observações sugerem que esses municípios perderam escravos nos primeiros anos após o fim do tráfico, possivelmente como um ajustamento de curto prazo, mas os recuperaram posteriormente, quando se estabeleceu um mercado interregional organizado.

A Mata foi o maior importador entre as regiões de Minas, apresentando um saldo líquido positivo de 34.512 escravos (37 por cento do total provincial, e 56 por cento de seu plantel inicial). Todos os seus municípios têm saldos líquidos positivos e quatro dos cinco municípios cafeeiros estão entre os dez maiores importadores da província.

Isso se deve, sem dúvida, à rápida expansão do café nessa época, mas é interessante observar que os cinco municípios cafeeiros importaram, de fora da região, mais de 34 mil cativos, um número superior aos requisitos da produção de café. Esse resultado sugere que em Minas, nesse período, diferentemente de São Paulo e do Rio de Janeiro, a indústria do café cresceu sem pressionar outras atividades econômicas no que diz respeito à mão-de-obra. De fato, a região cafeeira da Mata mineira manteve uma agricultura diversificada mesmo no apogeu do café, não apresentando em nenhum momento o alto grau de especialização das outras áreas produtoras, tanto no nível regional como no da unidade produtiva.

A região Sul, apesar de ter tido o terceiro maior saldo importador (9.620 escravos, que representam 10,3 por cento das importações líquidas da província e 12,6 por cento do plantel inicial da região), apresenta saldos líquidos negativos em cinco de seus doze municípios, incluindo-se entre eles o primeiro, o segundo e o quarto maiores exportadores líquidos, em números absolutos.

As perdas de escravos por esses municípios (Aiuruoca, Baependi, Campanha, Jaguari e Passos), conjugadas com as informações contemporâneas originadas em São Paulo, mencionadas acima, e com a presença de escravos "mineiros" em áreas paulistas revelada pelo censo, sugerem que eles podem, de fato, ter exportado alguns milhares de cativos nesse período, para a província vizinha.

O fim do tráfico parece ter atingido a região de forma diversificada: enquanto alguns municípios exportadores de fumo se declaravam em crise, em 1855, outros, de agricultura mais diversificada, estavam prósperos, com o "comércio animado" pela alta dos preços de seus produtos.⁽⁵¹⁾ Por outro lado, a zona

⁵¹ Veja, por exemplo, a correspondência das câmaras municipais de Aiuruoca, Campanha, Cristina e Lavras para a presidência da província, em 1855, no Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, especialmente o códice nº 570.

Sul não teve nenhuma participação no *boom* cafeeiro. Na verdade ela produziu quantidades insignificantes de café nessa época e até os anos 80 nunca contribuiu com mais do que 0,3 por cento das exportações mineiras desse produto.⁽⁵²⁾

Todos os municípios sul-mineiros com saldos líquidos negativos eram próximos à fronteira paulista, e o censo registrou 4.018 escravos nascidos em Minas e residentes em São Paulo (contra 1.309 nascidos em São Paulo e residentes em Minas).⁽⁵³⁾ Cerca de 64 por cento deles estavam em áreas cafeeiras, como Campinas e Limeira, mas o restante se localizava em municípios além da fronteira do café. A maior concentração ocorria em municípios da Mogiana-São João da Boa Vista, Mococa, Batatais, Mogi-mirim, Franca, Caconde - que estava sendo colonizada nessa época por imigrantes de Minas Gerais. Outras áreas com contingentes notáveis de escravos mineiros, como Rio Verde, Botucatu e Sorocaba (na Sorocabana), ou São Carlos do Pinhal (na Paulista) também eram áreas de colonização mineira. Outras ainda, como Itaúba, Taubaté, Belém do Descalvado e Brotas, não eram resultantes de colonização mineira, mas eram recipientes de migração mineira relativamente intensa. Há, sem nenhuma dúvida, uma alta correlação entre a presença de escravos mineiros e a de mineiros livres nos municípios paulistas.⁽⁵⁴⁾ É bastante clara a sugestão de que, além das transferências motivadas pela demanda do café, uma parcela ponderável da migração de cativos mineiros para São Paulo se relaciona com as migrações de mineiros livres, participantes do "grande refluxo" - provavelmente pequenos proprietários que se dirigiram para zonas pioneiras, além da fronteira da grande lavoura exportadora.

De qualquer forma, os dois fluxos são relativamente pequenos e parcialmente compensados por um fluxo de escravos paulistas para Minas Gerais. Seu maior interesse está na indicação de que, além dos grandes movimentos interregionais, ocorriam paralelamente movimentos menores, mesmo através das fronteiras de províncias fortemente importadoras.

A região do Alto Paranaíba foi o maior importador de escravos, em termos proporcionais, com um saldo líquido de 9.018 indivíduos, que representavam 86 por cento do seu plantel inicial. Sua população cativa teve um incremento de 76 por cento, o maior entre todas as regiões. Nos anos 50 e 60 essa área passou por um rápido crescimento demográfico, recebendo uma corrente migratória considerável: entre 1855 e 1873 sua população livre cresceu à taxa de 4,5 por cento ao ano, muito superior à média da província.

Para isso concorreu, sem dúvida, o surto diamantino da Bagagem, que a partir das primeiras descobertas, em 1851, e sobretudo depois dos achados do "Estrela do Sul" (1853) e do "English Dresden"

⁵² Martins e Martins. "As Exportações de Minas Gerais no Século XIX".

⁵³ Dos escravos nascidos em São Paulo e residentes em Minas, 37,8 por cento estavam na Zona da Mata, 33,2 por cento no Sul e 12,3 por cento na Metalúrgica-Mantiqueira. Havia mais escravos nascidos no Rio de Janeiro residindo em Minas (3.757) do que mineiros residindo no Rio (3.704). Dos fluminenses em Minas, a grande maioria residia na Mata (62 por cento), seguida pelo Sul (12 por cento) e pelas regiões Metalúrgica-Mantiqueira e Oeste (cerca de 10 por cento, cada uma).

⁵⁴ Veja "Growing in Silence", cap.IV.

(1854), deflagrou forte imigração para a área. O garimpo da Bagagem, inicialmente no município de Patrocínio, foi elevado a distrito de paz em 1852, a freguesia em 54, a vila em 56, e à categoria de cidade em 1861, percorrendo em nove anos uma trajetória que muitas localidades levaram até dois ou três séculos para completar. Em 1855 as autoridades locais informavam que a exportação de diamantes era "incalculável", e que a povoação em breve rivalizaria com as principais vilas da província, e mesmo com as maiores cidades do litoral.

Não é preciso dizer que essa previsão não se realizou, mas, enquanto durou o surto, a região atraiu levadas de migrantes livres e escravos, e galvanizou a produção e o comércio de um vasto território.⁽⁵⁵⁾

As estimativas populacionais, tanto para 1855 como para 1873, para os municípios da região Jequitinhonha-Mucuri-Doce são as mais problemáticas de toda a província,⁽⁵⁶⁾ mas mesmo assim, em linhas gerais, os resultados estimados do tráfico estão de acordo com o que se conhece sobre a evolução econômica dessa área no período em foco.

No início dos anos 70 a economia diamantina estava mergulhando numa profunda crise, espremida entre o esgotamento progressivo de suas jazidas e a aparição no mercado mundial da imensa oferta sul-africana, a partir das descobertas nos rios Orange e Vaal, em 1867, e, em 1870, das minas de Kimberley, em Jagersfontein e Dutoitspan.

Estava superado também nessa altura o pequeno surto de exportações de algodão, propiciado pela guerra civil dos Estados Unidos e a "cotton famine" da indústria têxtil inglesa, e que se eclipsou totalmente com a rápida recuperação da oferta norte-americana no pós-guerra.

Não surpreende, portanto, que seus municípios tenham se tornado exportadores de cativos. É bastante provável, inclusive, que o numeroso contingente importado por Rio Pardo, segundo as estimativas, se deva principalmente a uma subestimação da população de 1855.

A maior parte dos outros exportadores, como Januária, São Romão e Paracatu, eram municípios mais afastados dos centros principais, com conexões de mercado mais fracas, e que parecem ter começado a perder seus cativos imediatamente após o fim do tráfico.

No caso de Paracatu, embora suas autoridades informassem em 1855 e 1858 que os escravos estavam sendo vendidos para o Rio, é mais provável que eles tenham sido transferidos para o garimpo da Bagagem junto com as migrações de seus donos.⁽⁵⁷⁾

⁵⁵ Veja a correspondência das autoridades do município de Patrocínio, do Distrito da Bagagem e do município de Paracatu com a presidência da província, em 1855, em Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, códice nº 570.

⁵⁶ Das 14 freguesias não recenseadas em 1873 em Minas (3,8 por cento do total), e cujas populações foram estimadas, seis se localizavam nessa região. Nas estimativas para 1855 o município de Rio Pardo é o mais problemático, pela escassez de informações.

⁵⁷ Ofícios das autoridades de Paracatu à presidência da província. Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Códices nºs 570 (1855) e 715 (1858).

6 CONCLUSÕES

As evidências apresentadas neste trabalho confirmam algumas conclusões anteriores, especialmente no que se refere à primeira metade do século XIX, e oferecem alguns resultados novos, relativos ao período transcorrido entre 1850 e o censo do império.

As novas estimativas confirmam e dão expressão quantitativa para a conclusão de que Minas foi um expressivo importador de escravos enquanto durou o tráfico atlântico.

É totalmente fora de cogitação que a província tenha contribuído com mão-de-obra cativa para o surgimento e a expansão da indústria cafeeira do Vale do Paraíba. Na verdade, é muito pouco provável que na primeira metade do século tenham ocorrido quaisquer transferências significativas de escravos entre as províncias brasileiras, sobretudo porque não havia razão para isso. Enquanto existiu o tráfico atlântico, o grande *pool* de trabalho abundante e barato, para o café, o açúcar, a mineração, ou qualquer outra atividade, foi a África, e esse *pool* foi suficiente para abastecer as diversas áreas sem gerar tensões interregionais no mercado de trabalho cativo.⁽⁵⁸⁾

Mesmo dentro de Minas Gerais, a demanda do setor cafeeiro não provocou realocações perceptíveis da mão-de-obra cativa, sendo atendida, com folga, pelas importações internacionais. Aparentemente todas as regiões da província foram importadoras e tudo indica que a atividade cafeeira não foi sequer a principal fonte de demanda por escravos nesse período.

Interrompido o acesso à oferta africana, o papel de abastecedor da região Sudeste em expansão foi assumido pelas províncias do Norte e do Nordeste. Longe de se tornar um fornecedor de escravos para outras províncias, Minas foi, pelo menos até o início dos anos 70, a província que mais escravos importou.

Nessa época, novamente, quase todas as regiões mineiras foram importadoras líquidas e, diferentemente do que ocorreu no Rio e em São Paulo, o café cresceu sem pressionar outras áreas e outras atividades econômicas.

Em particular, a população escrava da antiga região mineradora de ouro (a região Metalúrgica-Mantiqueira) não foi drenada para a área cafeeira. Além da região diamantina, que parece ter perdido escravos em função de vicissitudes peculiares de sua atividade econômica, e de uns poucos municípios de economia marginal, os candidatos mais prováveis a exportadores de escravos nesse período são alguns municípios do Sul, vizinhos das áreas cafeeiras e das zonas pioneiras de São Paulo.

⁵⁸ Excetuando-se, é claro, a grande pressão e os deslocamentos causados nos primeiros anos após a descoberta do ouro no final do século XVII, em Minas.